

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

JUNHO/2009 v. 15, n.º 6

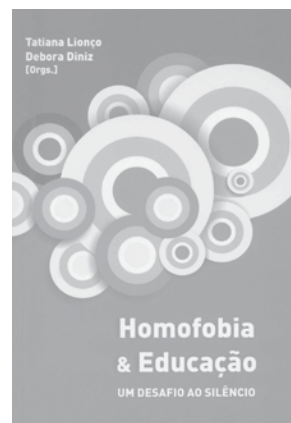
ISSN 0104-9755

IMPRESSO

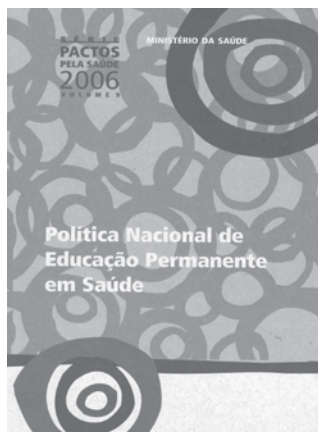
RESUMOS

Homofobia & Educação: Um Desafio ao Silêncio

Como superar o risco de manutenção de práticas discriminatórias no ambiente escolar, diante da tendência a banalizar e naturalizar preconceitos relativos à sexualidade? Essa é a pergunta que sustenta as análises críticas apresentadas neste livro sobre a política educacional voltada para a produção e distribuição dos materiais didático-pedagógicos utilizados nas escolas públicas do Brasil. A sexualidade, um tabu em sua dimensão de prazer, ganha espaço de discussão no ambiente escolar de modo restrito, sendo associada linearmente à reprodução biológica. A consideração mais abrangente dos direitos sexuais como direitos humanos é uma tarefa sobre a qual vêm se debruçando pesquisadores de diferentes campos do saber, assim como os movimentos sociais vêm ganhando visibilidade nas denúncias de violação dos direitos humanos em função da sexualidade e do gênero, e a academia vem contribuindo para a sistematização dessa situação social.



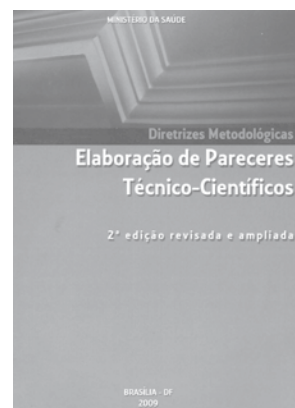
Política Nacional de Educação Permanente em Saúde



Na elaboração deste novo volume da série Pacto pela Saúde, elaborado pelo Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde (MS), foram consideradas as referências legais sobre a educação na saúde e a Política de Educação Permanente em Saúde. O artigo 200, da Constituição Federal de 1988, em seu inciso III, atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação na área da Saúde, no entanto, a proposta desta publicação não é avaliar as ações das esferas de gestão, nem impor processos, mecanismos e estratégias para o seu desenvolvimento. Seu objetivo é orientar a construção e o acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão dos estados, Distrito Federal e municípios, num processo de cooperação técnica que o MS oferece aos demais gestores do SUS.

Diretrizes Metodológicas: Elaboração de Pareceres Técnico-Científicos

A utilização de evidência de qualidade nos processos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) foi uma das principais recomendações da Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde – Editais Temáticos, realizada em 2006. Nessa oficina, identificou-se a necessidade de elaboração de diretrizes metodológicas para pareceres técnico-científicos, revisões sistemáticas e estudos de avaliação econômica promovidos pelo Ministério da Saúde, para melhorar a qualidade dos pareceres. Tais pareceres são ferramentas de suporte à gestão e à decisão, baseadas na mesma racionalidade que envolve uma ATS, contudo com execução e conteúdo mais simplificado. Esta publicação contribui para a padronização, qualificação e avaliação dos pareceres elaborados com base em evidências científicas, tanto por consultores externos quanto pelos próprios técnicos do Ministério e das demais esferas do Sistema Único de Saúde e da saúde suplementar.



MONOGRAFIAS

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política nacional de educação permanente em saúde**. Brasília, 2009. 64 p., il. (Série B. Textos básicos de saúde). (Série Pactos pela saúde 2006, 9). ISBN 978-85-334-1490-7.

ENFERMAGEM ONCOLÓGICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Ações de enfermagem para o controle do câncer**: uma proposta de integração ensino-serviço. 3. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Inca, 2008. 628 p., il. ISBN 978-85-7318-124-0.

HOMOFOBIA

LIONÇO, Tatiana (Org.); DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009. 196 p. ISBN 978-85-98070-23-0.

METODOLOGIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes metodológicas**: elaboração de pareceres técnico-científicos. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1566-9.

NEOPLASIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Indicadores da unidade de cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Inca, 2009. 51 p. ISBN 978-85-7318-144-9.

RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE

CASTRO, Janete Lima de. **Protagonismo silencioso**: a presença da Opas na formação de recursos humanos em saúde no Brasil. Natal (RN): UFRN, 2008. 267 p. ISBN 978-85-89399-09-8.

SAÚDE DA FAMÍLIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Avaliação para melhoria da qualidade da estratégia**: saúde da família: caderno de auto-avaliação n. 4: equipe saúde da família parte I. 3. ed. Brasília, 2009. 102 p.; il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). (Série Avaliação para melhoria da qualidade de estratégia de saúde da família, n. 4). ISBN 978-85-334-1558-4.

SAÚDE DO TRABALHADOR

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA; SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Conhecimento, atitudes e práticas em relação às DST/Aids entre os trabalhadores e empresas clientes do**

Sesi: tabelas da pesquisa CAP. Brasília: Sesi, 2008. 316 p. (Série Conhecimento, atitudes e práticas em relação às DST/Aids entre os trabalhadores de empresas clientes do Sesi, 2). ISBN 978-85-7710-159-7.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA; SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Conhecimento, atitudes e práticas em relação às DST/Aids entre os trabalhadores e empresas clientes do Sesi.** Brasília: Sesi, 2009. 123 p. (Série Conhecimento, atitudes e práticas em relação às DST/Aids entre os trabalhadores de empresas clientes do Sesi, 1). ISBN 978-85-7710-159-7.

SAÚDE SUPLEMENTAR

PEREIRA, Rosemary (Org.); SILVESTRE, Rosa Maria (Org.). **Regulação e modelos assistenciais em saúde suplementar:** produção científica da rede de centros colaboradores da ANS. Brasília: OPAS; OMS, 2009. 484 p. (Série Técnica: desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde, 14). ISBN 978-85-87943-94-1.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ;

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde.** Brasília, 2009. 148 p. v. 1. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 978-85-334-1545-4.

PERIÓDICOS

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia, v. 67, n. 2-A, jun. 2009. ISSN 0004-282X.

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, v. 18, n. 2, abr./jun. 2009. ISSN 1679-4974.

REVISTA BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA. Rio de Janeiro: Inca, v. 55, n. 1, jan./mar. 2009. ISSN 0034-7116.

REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE SOROCABA. Sorocaba (SP): PUC/SP, v. 11, n. 1, jan./mar. 2009. ISSN 1984-4840.

REVISTA DE PATOLOGIA TROPICAL. Goiânia: UFG, v. 38, n. 1, jan./mar. 2009. ISSN 0301-0406.

9 DE JUNHO

Dia da Imunização

Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso

IDADE	VACINAS	DOSES	DOENÇAS EVITADAS
A partir de 20 anos	dT (Dupla tipo adulto)	1ª dose	Difteria e tétano
	Febre amarela	Dose inicial	Febre amarela
	SCR (Tríplice viral)	Dose única	Sarampo, caxumba e rubéola
2 meses após a 1ª dose contra difteria e tétano	dT (Dupla tipo adulto)	2ª dose	Difteria e tétano
4 meses após a 1ª dose contra difteria e tétano	dT (Dupla tipo adulto)	3ª dose	Difteria e tétano
A cada 10 anos, por toda a vida	dT (Dupla tipo adulto)	Reforço	Difteria e tétano
	Febre amarela	Reforço	Febre amarela
60 anos ou mais	Influenza	Dose anual	Influenza ou gripe
	Pneumococo	Dose única	Pneumonia causada pelo pneumococo

- A partir dos 20 anos, gestante, não gestante, homens e idosos que não tiverem comprovação de vacinação anterior, seguir o esquema acima. Apresentando documentação com esquema incompleto, completar o esquema já iniciado. O intervalo mínimo entre as doses é de 30 dias.
- Adulto/idoso que resida ou que for viajar para área endêmica (estados: AP, TO, MA, MT, MS, RO, AC, RR, AM, PA, GO e DF), área de transição (alguns municípios dos estados: PI, BA, MG, SP, PR, SC e RS) e área de risco potencial (alguns municípios dos estados: BA, ES e MG). Em viagem para essas áreas, vacinar dez dias antes da viagem.
- A vacina tríplice viral – SCR (sarampo, caxumba e rubéola) deve ser administrada em mulheres de 12 a 49 anos que não tiverem comprovação de vacinação anterior e em homens até 39 anos.
- Mulher grávida que esteja com a vacina em dia, mas recebeu sua última dose há mais de cinco anos, precisa receber uma dose de reforço. A dose deve ser aplicada no mínimo 20 dias antes da data provável do parto. Em caso de ferimentos graves, a dose de reforço deverá ser antecipada para cinco anos após a última dose.
- A vacina contra influenza é oferecida anualmente durante a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso.
- A vacina contra pneumococo é aplicada durante a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso nos indivíduos que convivem em instituições fechadas, tais como casas geriátricas, hospitais, asilos e casas de repouso, com apenas um reforço cinco anos após a dose inicial.

Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Imunizações. (Créditos: Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, www.saude.gov.br/bvs, acesso em 7/7/2009)